

SUMÁRIO

- ✓ **DE 2011 PARA 2012:
TRÊS PRIORIDADES QUE SE MANTÊM**
- ✓ **FCT TEM NOVO PRESIDENTE**
- ✓ **CORTE DE 39% NO ORÇAMENTO DA FCT**
- ✓ **FCT ANUNCIA CONCURSOS**
- ✓ **LEI ORGÂNICA DO MEC**
- ✓ **ACORDOS COLECTIVOS ENTRE O SNESup E AS
INSTITUIÇÕES: TUTELA NÃO INTERVÉM**
- ✓ **FALECIMENTO DE COLEGA**
- ✓ **SITE DO SNESup:
COMO ACEDER AO APOIO JURÍDICO**
- ✓ **EVENTOS**
- ✓ **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

DE 2011 PARA 2012: TRÊS PRIORIDADES QUE SE MANTÊM

**Na transição de 2011 para 2012,
o SNESup pode destacar três prioridades,
que correspondem a outras
três preocupações que se mantêm:**

A estabilidade profissional

A instabilidade não é propícia nem à liberdade académica nem ao investimento nas áreas pedagógica, científica, e de transferência de conhecimento.

Continuámos em 2011 a lutar contra os entraves à aplicação dos regimes transitórios do ECDU e do ECPDESP, esperando que nos primeiros meses de 2012 sejam ultrapassadas as dificuldades que ainda subsistem, e obtivemos garantias de que a criação de uma nova Universidade a partir da UL e da UTL não será uma ameaça à estabilidade profissional.

Persistem preocupações nas áreas do ensino superior particular e cooperativo e dos investigadores contratados ao abrigo do Programa Ciência, que colocámos novamente em Dezembro último ao MEC, em reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior e com a Secretária de Estado da Ciência.

Defenda os seus direitos

Sindicalize-se

**NA INVESTIGAÇÃO
TAMBÉM HÁ
TRABALHO
PRECÁRIO**

Sindicalize

Somos e continuaremos a ser um Sindicato de Causas
Sindicato Nacional do Ensino Superior - Associação Sindical de Docentes e Investigadores

O reconhecimento da qualificação e a recompensa do mérito

O Orçamento do Estado para 2012 mantém a vigência dos cortes de vencimentos do pessoal mais qualificado e introduz restrições adicionais às que constavam do Orçamento do Estado para 2011.

A prazo, este tipo de situação cria problemas, não só aos atingidos mas também às organizações em que exercem a sua actividade profissional.

É importante contestar as que juridicamente forem contestáveis (por exemplo as que não resultem da lei mas dos receios ou da má informação das instituições, ou de leis que padeçam de inconstitucionalidades, por exemplo, por falta de negociação colectiva) mas também é importante preparar o terreno para a remoção, ainda que gradual, a partir de 2013.

Não deixa de ser significativo que, depois de ser negada a pés juntos a intenção de lançar uma nova tabela salarial, o Ministério das Finanças a tenha incluído na revisão do Memorando assinado com a troika. Uma ameaça que teremos de saber converter em oportunidade.

As condições de trabalho

O SNESup tem encontrado 2011 em matéria de elaboração de regulamentos de serviço docente e / ou de negociação de instrumentos de regulamentação colectiva com os conteúdos legalmente previstos (e duração e organização do horário de trabalho, saúde, higiene e segurança, relacionamento institucional e resolução alternativa de litígios) as mais diversas predisposições das instituições. Casos houve em que se registou resposta e convergência, aceitando aliás o SNESup as contra-propostas formuladas pelas instituições. Casos houve em que os dirigentes das instituições mandam aos administradores responder, recusando de facto a celebração de acordo, ou apõem a sua assinatura em respostas que parecem ter origem nos serviços administrativos. E casos há ainda em que o silêncio é a única resposta.

2012 será o ano da verdade quanto a esta nossa tentativa de participar de acordo com as novas regras do Regime de Contrato de Trabalho em Funções

Públicas. Preocupam-nos entretanto, especialmente na esfera do Politécnico, as restrições aos apoios à formação científica avançada e a dificuldade de muitos colegas recém-doutorados encontrarem um quadro institucional adequado à continuidade do seu esforço de desenvolvimento de investigação.

FCT TEM NOVO PRESIDENTE

Miguel Seabra tomou posse como presidente da FCT no passado dia 4 de Janeiro sucedendo a João Sentieiro que dirigiu a instituição durante os últimos seis anos.

Miguel Seabra é médico e dirigia o Centro de Estudos de Doenças Crónicas da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Fez o doutoramento na Universidade do Texas e foi professor do Imperial College de Londres até 2007. Foi nesse ano que regressou a Portugal e à Faculdade de Ciências Médicas.

Miguel Seabra, tem como vogais no conselho directivo da FCT Paulo Pereira e Pedro Cabrita Carneiro.

CORTE DE 39% NO ORÇAMENTO DA FCT

A semana passada foram anunciados cortes de 39% no orçamento para 2012 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O orçamento para 2012 será de 394,5 milhões de euros dos quais 281,4 milhões são originário do orçamento de estado e o restante de fundos comunitários, o que representa um corte de 42 milhões face a 2011 e menos 40 por cento do proposto para 2009, então com 654,1 milhões. Este ano, a ciência terá o orçamento mais baixo dos últimos seis anos, sendo necessário recuar até 2006, com 325,4 milhões de euros, para encontrar menos dinheiro do que em 2012. Comentando este corte o ministro Nuno Crato afirmou estar a “proteger e a incentivar a boa ciência que se faz em Portugal”. Por seu lado o novo presidente da FCT exortou os investigadores a concorrer a fundos europeus pois “é daí que virão fundos importantes para suportar as fantásticas iniciativas que se estão a fazer em Portugal”.

FCT ANUNCIA CONCURSOS

A FCT anunciou a abertura de concursos para financiamento de projectos de investigação em todos os domínios científicos assim como para a realização de contratos com investigadores doutorados (<http://www.fct.pt/emfoco/concursos2012/>).

Ao nível dos projectos há algumas novidades, nomeadamente os diferentes prazos de candidaturas para as quatro áreas científicas definidas pela FCT (Ciências da Vida e da Saúde, Ciências Exactas e da Engenharia, Ciências Naturais e do Ambiente, Ciências Sociais e Humanidades). Segundo a comunicação social há também alterações no regime de candidaturas a financiamento, passando a aceitar-se candidaturas a projectos para manutenção de equipamento e outros recursos.

Ao nível dos concursos para contratação de doutorados sabe-se que serão abertos 80 concursos para contratos de 5 anos, um número que corresponde grosso modo ao número de contratos Ciência (85) que terminarão em 2012. O número fica no entanto muito aquém do que seria necessário para dar às muitas centenas de investigadores com bolsas de pós-doutoramento uma perspectiva de progressão nas suas carreiras. Entretanto em algumas instituições os investigadores dos contratos Ciência têm sido alertados para a necessidade de concorrer a projectos que possam garantir o pagamento dos seus próprios salários pois perspectiva-se que nos próximos anos os novos contratos correspondam apenas a 20% do número de contratos assinados ao abrigo do programa Ciência.

LEI ORGÂNICA DO MEC

Foi publicada a 29 de Dezembro a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência.

O SNESup espera que a reestruturação do Ministério da Educação e Ciência traga uma maior operacionalidade e que a fusão dos serviços que antes acompanhavam o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e do Ensino Superior não se traduza em perda de conhecimento sobre o sistema de ensino superior.

Focamos dois campos específicos. O dos serviços jurídicos do Ministério devem dialogar com os agentes educativos e os parceiros sociais, não podendo continuar a fazer recair as tarefas de informação jurídica exclusivamente sobre os sindicatos. O dos serviços de inspeção, cuja intervenção o SNESup tem pedido numerosas vezes, e que não podem continuar, a pretexto do exercício de uma "acção pedagógica", a pactuar com violações dos Estatutos de Carreira.

Estaremos atentos aos processos de trabalho e, obviamente, ao perfil dos dirigentes escolhidos.

ACORDOS COLECTIVOS ENTRE O SNESup E AS INSTITUIÇÕES: TUTELA NÃO INTERVÉM

Segundo parecer jurídico da Secretaria-Geral do ex-MCTES, já aprovado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, que o enviou ao SNESup, o Ministério da Educação e Ciência não tem legalmente qualquer intervenção na celebração de acordos colectivos de entidade empregadora pública entre as instituições de ensino superior e o SNESup.

Assim sendo, é eliminado um dos factores que têm sido invocados para fundamentar a não - resposta de algumas instituições às propostas que lhe têm sido dirigidas pelo SNESup no quadro da estratégia de defesa de condições de trabalho que explicitámos no nº 40 da Ensino Superior - Revista do SNESup:

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EFpAEAEFyzQQHTtRT>

Neste momento, existem dois acordos já fechados, dois em negociação formal e um recusado. Outros processos encontram-se em fase de conciliação ou estão a ser objecto de conversações informais.

FALECIMENTO DE COLEGA

Faleceu o Colega António Tavares, delegado sindical do SNESup na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Este colega foi o nosso primeiro representante sindical no IPCA.

SITE DO SNESup:

COMO ACEDER AO APOIO JURÍDICO

O nosso Sindicato presta apoio jurídico a diversos níveis desde difusão de informação jurídica, a esclarecimentos por correio electrónico, consultas jurídicas presenciais e representação forense.

Conheça como aceder ao apoio jurídico em

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EEVVUekpuEwogadEgr>

Por o Apoio Jurídico do Sindicato recorrer largamente ao correio electrónico, destacamos as seguintes indicações:

- O endereço a utilizar será unicamente apoiojuridico@snesup.pt
- Se a mensagem chegar durante as horas de serviço o associado receberá imediatamente comunicação dos serviços a indicar que a mensagem foi encaminhada para a Direcção e para um determinado advogado/adogada, com indicação do nome deste.
- Se não receber comunicação dos serviços, deve repetir o envio, pois pode ter havido extravio".

EVENTOS

Seminário Internacional "Vidas de Trabalho e Desenvolvimento Humano: Novos Desafios para a Psicologia Vocacional"

Escola de Psicologia da Universidade do Minho
14 Janeiro 2012

www.psi.uminho.pt

Call for papers

XIII World Congress of Rural Sociology Aula Magna da Universidade de Lisboa

29 Julho – 4 Agosto 2012

Prazo: 15 Janeiro 2012

<http://irsa2012.com>

II Conferência Internacional "Desporto e Lazer no Continente Africano: Práticas e Identidades"

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa
5-6 de Junho 2012

Prazo: 15 Janeiro 2012

<http://conferenciadesportoemafrika.wordpress.com>

1ª Edição dos Estados Gerais da Gestão nos Países de Expressão Latina "Para uma Gestão Sustentável e Responsável:

o Contributo dos Países de Expressão Latina"
22-24 Março 2012

Prazo: 15 Janeiro 2012

www.eggpel.org

II Conferência Applied Interculturality Research "Interculturalidade e Educação"

Faculdade de Psicologia

e de Ciências da Educação da Universidade do Porto
3-6 Setembro 2012

Prazo: 20 Janeiro 2012

www.fpce.up.pt

Congresso Internacional "Entre a História e o Direito" (Homenagem ao Professor António Hespanha)

Reitoria da Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

27 -28 Setembro 2012

Prazo: 31 Março 2012

www.ics.ul.pt

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de Dezembro

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/250A00/0554005543.pdf>

Procede à transmissão para o Estado das responsabilidades com pensões previstas no regime de segurança social substitutivo constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho vigente no sector bancário.

Lei n.º 64-C/2011, de 30 de Dezembro, Suplemento

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/25001/0024400253.pdf>

Aprova a estratégia e os procedimentos a adoptar no âmbito da lei de enquadramento orçamental, bem como a calendarização para a respectiva implementação até 2015.

Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, Suplemento

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/25001/0004800244.pdf>

Orçamento do Estado para 2012.

Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro, Suplemento

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/25001/0000200048.pdf>

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015.

Resolução da Assembleia da República n.º 162/2011, publicada em 29 de Dezembro

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24900/0546405464.pdf>

Recomendação ao Governo no âmbito do outsourcing do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos.

Decreto-Lei n.º 125/2011. de 29 de Dezembro

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24900/0549805508.pdf>

Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência.

Decreto-Lei n.º 119/2011. de 26 de Dezembro

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24600/0540705408.pdf>

Estabelece com carácter permanente o limite legal da garantia de 100 000 euros por parte do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, para o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito participantes no caso de se verificar a indisponibilidade dos depósitos.

Lei n.º 64/2011. de 22 de Dezembro

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24400/0537305389.pdf>

Modifica os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública, procedendo à quarta alteração à [Lei n.º 2/2004](#), de 15 de Janeiro, que aprova o

estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à [Lei n.º 4/2004](#), de 15 de Janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado.

Portaria n.º 306-A/2011. de 20 de Dezembro, Suplemento

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24201/0000200004.pdf>

Aprova os valores das taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde, bem como as respectivas regras de apuramento e cobrança.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011, publicada em 16 de Dezembro

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24000/0531505316.pdf>

Aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2011, publicada em 16 de Dezembro

<http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24000/0531605316.pdf>

Determina a missão e as competências do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação.

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas

Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61 - snesup@snesup.pt

Porto – Praça Mouzinho de Albuquerque (Rotunda da Boavista), 60 1º – 4100-357 PORTO – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA – Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt